O CELPE-BRAS E A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS DO BRASIL

THE CELPE-BRAS END THE HISTORY OF BRASILIAN LINGUISTIC IDEAS

Tania Regina Martins Machado*

RESUMO: O objetivo deste trabalho é verificar qual espaço o CELPE-Bras (Certificado de Proficiência de Português para Estrangeiros) ocupa na História das Ideias Linguísticas do Brasil. Tal possibilidade é vislumbrada a partir do atual momento de Política Linguística desenvolvida pelo Estado brasileiro, que faz figurar a língua e a cultura brasileira no cenário internacional através deste exame. Para tanto, o CELPE-Bras será considerado um instrumento linguístico que integra o quinto período da gramatização do Português no Brasil.

Palavras-chave: CELPE-Bras, quinto período da gramatização do Português no Brasil, instrumento linguístico.

ABSTRACT: The objective of this work is to verify which space the CELPE-Bras (Certificate of Proficiency of Portuguese for Foreigners) occupes in the History of Brasilian Linguistic Ideas. Such possibility is glimpsed from the current moment of Linguistic Politics developed for the Brasilian State, that makes to appear the language and the Brazilian culture in the international scene throught this examination. For in such a way, the CELPE-Bras will be considered a linguístic instrument that integrates the fifth period of the grammar of the Portuguese in Brazil.

Keywords: CELPE-Bras, fifth period of the grammar of the Portuguese in Brazil, linguístic instrument.

INTRODUÇÃO

De acordo com Zoppi-Fontana (2002), professora da UNICAMP que realiza pesquisas sobre a instrumentalização do Português brasileiro em 'espaços de enunciação ampliados', é visível a expansão na área do ensino de Português para Estrangeiros, visto que esta vem se desenvolvendo amplamente a partir dos anos 90. Os espaços de enunciação desta variedade do Português vêm sendo ampliados com seu ensino como Língua Estrangeira e com a aplicação do CELPE-Bras em diversos países do mundo. Tal processo foi chamado, pela pesquisadora, de 'transnacionalização' do Português do Brasil, ela salienta, ainda, que esse movimento

Licenciada em Letras Espanhol pela UFSM em março de 2007, cursando Letras Português e Mestrado em Estudos Linguísticos (UFSM).

deu-se a partir de acordos como o MERCOSUL. As questões apresentadas aqui nos levam a compreender porque Zoppi-Fontana (2007) afirma que o CELPE-Bras integra o 'quinto período da gramatização do Português Brasileiro'.

Desta forma, é a partir de seus estudos que temos a concepção do CELPE-Bras como um instrumento linguístico, um instrumento tecnológico que veicula uma metalinguagem sobre a variante do Português, que é o brasileiro. Ou seja, o exame faz figurar, nas comunidades não lusófonas, a variante Português do Brasil ao lado do Português de Portugal. Entretanto, para atendermos ao objetivo do trabalho – que é verificar as relações existentes entre o Celpe-Bras e a História das Ideias Linguísticas do Brasil – retomaremos as etapas da elaboração e aplicação do CELPE-Bras, o seu reconhecimento como instrumento linguístico, para finalmente buscarmos a compreensão do que é este 'quinto período da gramatização do Português Brasileiro' e como o CELPE-Bras está inserido nele.

a) ELABORAÇÃO DO CELPE-BRAS:

Desde a década de 90 é muito intenso o desenvolvimento, no Brasil, da área de ensino/aprendizagem de Português como Língua Estrangeira. Tal realidade pode ser confirmada e melhor ilustrada por Júdice (2005, p.7), que nesta passagem nos dá um panorama geral da situação no país:

> No Brasil, dão testemunho desse crescimento iniciativas como a elaboração de um exame nacional de proficiência, a criação de uma associação de profissionais desse campo de estudos, a realização de eventos, a publicação de coletâneas e de materiais didáticos e ainda a oferta de disciplinas e/ou cursos voltados para a formação de professores de português para estrangeiros.

A partir da situação apresentada pela professora, centrar-nos-emos no "exame nacional de proficiência" (JÚDICE, 2005, p.7), certificação que teve seu início de desenvolvimento em 1993, quando o MEC fez os primeiros esforços para sua elaboração. Já no ano seguinte é instituída uma Comissão Permanente do Exame de Proficiência de Português para Estrangeiros, responsável pelo exame-piloto a ser aplicado nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Campinas. Os resultados dessa primeira experiência foram positivos, então, desde 1998 vem sendo semestralmente aplicado no Brasil, em diversas instituições públicas de ensino superior, e em mais 32 países.

As motivações para sua elaboração surgiram, sobretudo, em resposta ao crescente número de intercâmbios econômicos, culturais e científicos do Brasil com outros países e pela procura maior por cursos de graduação e de pós-graduação no país, para os quais é necessário comprovar o domínio da língua portuguesa. Constituindo sua população alvo estrangeiros com escolaridade mínima equivalente ao ensino fundamental e com idade a partir de 16 anos.

Este Exame avalia a proficiência do candidato, pois compreende a realização de tarefas que exploram as quatro habilidades – compreensão leitora e auditiva e produção oral e escrita. Sendo assim, a competência comunicativa é testada a partir da capacidade do examinando de se sair bem em situações que simulam o uso da Língua Portuguesa do Brasil no dia-a-dia. E as atividades que compõem a prova são estruturadas sobre um objetivo comunicativo, como por exemplo, após ler um texto que apresenta uma campanha contra o uso de drogas, o candidato deve se colocar no lugar do orientador educacional e elaborar um cartaz informativo a ser divulgado nos murais da escola. Coerentemente, a correção verificará o alcance dos objetivos estabelecidos para cada uma das tarefas propostas.

O certificado expedido pelo MEC compreende a quatro níveis de proficiência – Intermediário, Intermediário Avançado, Superior e Superior Avançado – e é dividido em da seguinte forma: em Módulo 1° (Parte Coletiva), é composto por duas tarefas que integram compreensão oral e produção escrita e mais duas, que integram leitura e produção escrita; e em Módulo 2° (Parte Individual), em que se grava uma conversa sobre atividades e interesses do candidato e sobre assuntos de interesse geral, a partir de pequenos textos, fotos, cartuns, etc.

Para promover a interação necessária no 2° Módulo, são utilizados Elementos Provocadores - cartões com textos e imagens sobre as mais variadas temáticas, geralmente reproduzem capas das revistas de maior circulação no país, sobre os quais o candidato deve produzir um discurso. Cada um desses cartões vem com um "guia" de questões a serem levantadas pelo aplicador, para direcionar a entrevista e assim proceder à avaliação dos conhecimentos e desenvoltura do estrangeiro na língua.

Em relação à estrutura do CELPE-Bras, a professora Scaramucci, membro da Comissão Permanente para a elaboração da certificação, salienta e justifica alguns aspectos relacionados à abordagem orientadora do exame, a Comunicativa. Segundo ela, é a abordagem "que define o planejamento do curso, a produção de materiais, os procedimentos metodológicos e também a avaliação". Por isso, o trato com essa abordagem é fundamental, pois ela é que vai possibilitar a melhor avaliação da atuação do candidato estrangeiro em contexto similar ao real emprego da Língua.

A pesquisadora justifica a preferência da Comissão por essa abordagem, por compreender que, muitas vezes, é a avaliação que orienta o desenvolvimento das atividades e até mesmo a dinâmica do ensino, conforme suas palavras: "Não se pode esquecer que a relevância de certos conteúdos não é determinada pelo ensino, mas pela avaliação, ou seja, pela sua inclusão em um exame ou uma prova" (SCARAMUCCI, 1994, p.75).

Sendo assim, a abordagem Comunicativa é empregada neste exame com o intuito de estimular mudanças mais rápidas no contexto de ensino/aprendizagem de Português como língua estrangeira. De modo que, embora tal abordagem não domine de todo o ensino de línguas no Brasil, a autora crê em sua influência, "uma vez que abordagens de ensino mais inovadoras juntamente com abordagens de avaliação tradicionais ainda são usadas" (SCARAMUCCI,1994, p.76).

Tais informações nos levam a perceber que o Exame também foi pensado com um propósito de ser inovador para o ensino de línguas no Brasil e que o CELPE-Bras integra um processo mais amplo de ensino/aprendizagem de Português L. E. Vislumbra-se, portanto, nessa ação uma Política Linguística do Estado brasileiro, pois vai além do ensino e da avaliação do Português brasileiro como Língua Estrangeira, mas que trata de um instrumento criado, também, com o intuito de direcionar o futuro do ensino de línguas no Brasil.

Nesse sentido, é desenvolvida uma política linguística do Português do Brasil e o CELPE-Bras a integra, como uma inovação tecnológica na área de avaliação do Português para estrangeiros que pode modificar a dinâmica do seu ensino. Pois ao preparar candidatos para o exame, as aulas de Português privilegiam a língua em uso, e as atividades são baseadas em situações comunicativas, inspiradas em contextos reais e a partir de textos reais, como uma campanha publicitária ou um programa de rádio, por exemplo.

Desta forma, a autora nos dá subsídios para referirmo-nos ao CELPE-Bras como um instrumento avaliativo norteador do ensino de Português L. E., pensado por um grupo de pessoas interessadas em uma política educacional para o processo em direção ao ensino/aprendizagem focado no uso efetivo da língua. A respeito disso, Scaramucci (1994, p.76) afirma:

> [...] estamos conscientes de que essas transformações são, em geral, lentas, ainda mais se considerarmos que os contextos de ensino de português não se limitam a contextos nacionais, mas também internacionais. Uma maneira indireta, a médio prazo, mais eficiente, seria, portanto, a introdução de um exame que viria definir não apenas conteúdos e objetivos, mas principalmente, princípios, fazendo com que o ensino venha, eventualmente, adaptar-se a eles.

b) CELPE-BRAS: UM INSTRUMENTO LINGUÍSTICO:

Para chegarmos ao entendimento do CELPE-Bras como um instrumento linguístico, devemos antes recordar Auroux (1992, p.65), quem esclarece que 'Gramatização' se trata do processo de instrumentalização do conhecimento sobre a língua, e que passou a ocorrer a partir do Renascimento. A Gramatização é considerada por ele a segunda Revolução Tecno-linguística, sendo que a primeira se deu com a instituição da escrita. Assim:

> Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *intrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário.

Com o intuito de avançar no embasamento teórico para o trato com esse Exame, trazemos Zoppi-Fontana e Diniz (2008), que consideram o CELPE-Bras como parte integrante de um amplo processo de 'Gramatização'. Visto que a Certificação

vai figurar como instrumento linguístico-tecnológico na *História das Ideias Linguísticas do Brasil*. Assim, situam o Exame no processo de gramatização/instrumentalização do Português do Brasil, que vem se desenvolvendo nas duas últimas décadas.

Os autores apontam o CELPE-Bras como um instrumento a serviço da política linguística do Brasil, que é direcionada para um público estrangeiro. O país põe em funcionamento esta política através do exame e faz circular, nos 32 países onde é aplicada a prova, a variante Português do Brasil. O que configura uma disputa com Portugal pela internacionalização do Português como língua de mercado.

Tendo em vista tal movimentação no cenário internacional, percebe-se que o direcionamento desta política linguística configura o novo contexto de "transnacionalização" do Português pelo Brasil. Esse novo período do Português brasileiro vem se configurando a partir de acordos políticos e econômicos, como o Tratado do MERCOSUL – firmado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em março de 1991. A assinatura desse acordo desencadeou políticas de ensino obrigatório de Espanhol nas escolas públicas brasileiras e de Português nas escolas públicas dos países de Língua Espanhola integrantes do tratado.

Entretanto, após acordo firmado, foi percebida a carência de meios materiais para o efetivo cumprimento da legislação, tais como professores qualificados, materiais didáticos adequados, instrumentos linguísticos específicos, etc. Tal necessidade desencadeou a busca pela formação de professores, realização de eventos específicos da área, criação de associações e a realização da ação afirmativa do Estado brasileiro, que a partir do órgão competente, o MEC, elabora o CELPE-Bras, exame avaliativo do domínio da Língua Portuguesa empregada no Brasil para estrangeiros.

Tratando dessa problemática e, dentro dela, do CELPE-Bras, é importante observar, sobretudo para a composição desse texto, que Zoppi-Fontana (2007, p.316) nomeia o Exame como um 'instrumento linguístico', além de apontar seu fim específico e sua legitimação pelo Estado brasileiro. Pois afirma que:

> O Brasil se inseriu nesse processo ativamente, tomando medidas a partir do Estado em relação à produção de instrumentos lingüísticos específicos e próprios, como por exemplo o CELPE-Bras, o exame de proficiência em língua portuguesa desenvolvido inteiramente por uma comissão de especialistas brasileiros para ser aplicado por instituições oficiais brasileiras.

Desta forma, embasados em Auroux (1992) e em Zoppi-Fontana (2007), propomos desenvolver este trabalho focalizado na concepção do CELPE-Bras como um instrumento linguístico, como um produto tecnológico que é tomado como instrumento para a expansão do Português brasileiro. Pois esse exame veicula um saber sobre a Língua Portuguesa do Brasil. Tendo em vista, que ele leva em si um saber que é reconhecido institucionalmente ao ser validado pelo Estado brasileiro através do MEC. Já que na avaliação é desenvolvida uma metalinguagem para a apropriação do Português como Língua Estrangeira, mas da variante do Brasil.

c) O CELPE-BRAS E A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS DO BRASIL

Mais uma vez retornamos Zoppi-Fontana, pois esta, na coordenação do programa de pesquisa do Instituto de Estudos da Linguagem - IEL (UNICAMP): *A Língua brasileira no MERCOSUL. Instrumentalização da língua nacional em espaços de enunciação ampliados*, realiza estudos e busca subsídios para a descrição e para a discussão sobre o processo de gramatização do Português Brasileiro no final do séc. XX e início do séc. XXI.

Para delinear o que chamou de 'quinto período da gramatização do Português Brasileiro' (ZOPPI-FONTANA, 2007) a pesquisadora toma como ponto inicial a organização do processo de gramatização do Português Brasileiro feita por Guimarães (2004, *apud* ZOPPI-FONTANA, 2007) - trabalho inscrito pelo pesquisador na História das Ideias Linguísticas do Brasil e divido nos quatro períodos que seguem:

1) o primeiro deles, segundo o autor, tem início com a "descoberta" do Brasil e vai até o início da segunda metade do séc. XIX, sua característica principal é a inexistência de estudos sobre a Língua Portuguesa no país;

2) o segundo, tem início na segunda metade do séc. XIX e se estende até fins dos anos 30 do séc. XX, caracteriza-se pelo início do estudo do Português do Brasil, com a publicação das primeiras gramáticas no país e com a realização de debates sobre as diferenças do Português do Brasil e do Português de Portugal;

3) o terceiro, inicia em fins dos anos 30 e vai até a década de 60 do séc. XX, período em que ocorre a criação dos Cursos de Letras no Brasil e neles a obrigatoriedade da Linguística, decisão do Conselho Federal de Educação em 1962;

4) o quarto e último período apontado por Guimarães tem início em meados dos anos 60 do séc. XX e segue até hoje, é caracterizado pela institucionalização da Linguística em todos os cursos de graduação e cursos de Pós-graduação em Linguística no Brasil.

A partir da esquematização do trato com o Português no/do Brasil, feita por Guimarães, Zoppi-Fontana propõe um quinto período de gramatização desse Português. Para esse período, a autora aponta seu início no final dos anos 80 do séc. XX e o caracteriza pela construção de um novo espaço de cooperação internacional entre os países do Cone Sul – Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil. Segundo ela, os tratados políticos, econômicos, culturais e educativos assinados entre tais países originaram, com o MERCOSUL, "um novo espaço geopolítico transnacional". (ZOPPI-FONTANA, 2007, p. 316).

Assim, o quinto período da gramatização do Português do Brasil surge com a consolidação dessa língua própria do país e com a sua exportação. Pois, conforme o que já havíamos tratado, esse novo espaço geopolítico vem sendo expandido pelo Brasil através de uma política linguística centrada no CELPE-Bras, exame que contém uma metalinguagem sobre a língua brasileira, o Português do Brasil. Desta forma, percebe-se a divulgação de uma variante de Português que não é a de Portugal, mas o Português do Brasil, e nesse contexto, ela extrapola os limites do uso popular e da

mídia. Sendo assim, o Português brasileiro chega até os documentos oficiais e é legitimado pelo governo, que com a elaboração do CELPE-Bras o divulga no exterior.

Mas ao observarmos a composição do CELPE-Bras, verificamos que junto à língua há uma imagem do Brasil que é levada pela certificação para inúmeros países, é conveniente refletirmos sobre que imagem é essa. A partir da leitura do seu *Manual do Candidato,* fica claro que a constituição do Exame se dá com a exploração de imagens do Brasil, como seu povo, suas riquezas naturais, seus hábitos, etc. Perceptivelmente, tais imagens remetem ao 'discurso de brasilidade' – que é "um discurso sobre a nossa origem: a constituição da brasilidade e suas conseqüências, ou seja, como vamos formando – significando – esse jeito de ser brasileiro" (ORLANDI, 1990, p.19).

Sendo assim, nesse discurso particular, percebe-se a formatação da identidade do brasileiro, construída a partir de discursos sobre o Brasil, que reiteradamente versam sobre sua constituição multiétnica, sobre sua cultura, sobre seu jeito de ser, que indistintamente resulta em "exotismo" (ORLANDI, 1990, p.16). A leitura de Orlandi (1990) é de fundamental importância para chegarmos à conclusão de que o 'discurso de brasilidade' é fruto da apropriação do discurso do europeu sobre o brasileiro, que o Brasil através desse exame, mais uma vez, toma como seu, e se identifica na imagem que o outro lhe dá. Dessa forma, é retomada a identidade brasileira, mas esse movimento sempre retorna aos sentidos já dados pelo 'discurso de brasilidade'. Visto que a presença desse discurso sobre a formação brasileira é muito forte no CELPE-Bras, que se estrutura sobre ele para garantir a legitimação de uma Língua Nacional. Ou seja, o Brasil tem uma constituição diferente da do europeu, assim como o seu contexto de desenvolvimento também é diferente, de modo que, tais fatores refletem na constituição de sua língua, logo possui uma língua que não é a de Portugal, mas a do Brasil, o Português brasileiro.

Entretanto, ao voltarmos essa política linguística brasileira para o interior do país, verificamos que a mesma é contraditória. Pois ao considerar que há um Português brasileiro, ela desconstrói a ideia de unidade da Língua Portuguesa, de que há uma única língua dos dois lados do Atlântico. Esse instrumento criado pelo Estado brasileiro certifica a proficiência do Português do Brasil, portanto, prevê 'diferenças fonético-fonológicas, sintáticas, semânticas daquele de Portugal' (NUNES, 1993).

Mas, se considerarmos essa política não só para o exterior, como também para o interior do país, percebemos uma importante questão: o Estado deixa de considerar, nesse instrumento, essas mesmas diferenças quando ocorrem no Português que aqui circula, tomando a Língua Portuguesa do Brasil como uma unidade. Pois muitas são as diferenças dos falares de cada região do país, a diferença entre a fala de um nordestino e a de um gaúcho, por exemplo, pode ser equiparada à diferença de fala de um português e de um brasileiro. Assim, as mesmas diferenças fonético-fonológicas, sintático-semânticas apontadas por Nunes (1993) estão presentes nos diversos Portugueses falados de ponta a ponta do Brasil, mas que no CELPE-Bras são apagadas, ou seja, são 'silenciadas' (ORLANDI, 1990).

No intuito de aprofundarmos um pouco mais a reflexão sobre o diferente trato da Língua Portuguesa dentro e fora do país, retomamos Orlandi (1990). De

modo que, a contraditoriedade levantada nesse Exame pode ser associada à problemática da 'língua imaginária' x a 'língua fluida', definidas por Orlandi (1990, p.75) como sendo:

> A *língua imaginária* é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações e a *língua fluida* é aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas.
>
> A *língua fluida* – língua-movimento, mudança contínua – pode ser observada quando se focaliza a história dos processos discursivos que constituem as formas dos sentidos da linguagem no seu contexto.

Assim, a releitura do CELPE-Bras e da Política Linguística aí presente nos leva a considerarmos que o Estado brasileiro se desfilia da 'língua imaginária' (o Português de Portugal), filiando-se à 'língua fluida' falada no Brasil (o Português do Brasil), mas ao fazê-lo, retorna ao mesmo equívoco. Pois, o Português do Brasil, tal como é veiculado pelo Exame, propõe uma 'língua imaginária' – a Língua Nacional – propõe a unidade da língua – como se todos dentro das fronteiras do território brasileiro falassem exatamente igual. Para tal reflexão, vem a contribuir, mais uma vez, Orlandi (1990, p.75), quando diz que "há vários modos de produção da língua imaginária" e um de seus produtos é "a língua nacional (o português *standard*)."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do último ponto apresentado neste trabalho – **o CELPE-Bras e a História das Ideias Linguísticas do Brasil –**, localizamos a inscrição dos estudos de Guimarães (2004) e de Zoppi-Fontana (2007) na História das Ideias Linguísticas do Brasil. Estudos que nos parecem de grande relevância para refletirmos sobre a questão colocada no início do texto, que envolve a tomada do CELPE-Bras como um instrumento linguístico que integra o atual período de gramatização do Português do Brasil. Assim, Zoppi-Fontana (2007) aponta para a contemporaneidade da questão linguística brasileira, e a representa pelo quinto período de gramatização do Português no/do Brasil. Sendo que esse período é resultado de políticas linguísticas e tratados assinados entre o Brasil e diferentes países.

Segundo a autora, é por mobilizações como essas, que o Português Brasileiro passa de uma Língua Nacional para uma língua transnacional e circula em espaços enunciativos ampliados, ou seja, figura ao lado do Português de Portugal na busca por consolidar-se no mercado de línguas. Tais colocações nos levam a considerar que o CELPE-Bras desempenha um papel importante nesse novo momento da gramatização do Português do Brasil e tem seu lugar na História das Ideias Linguísticas do Brasil. Pois com sua elaboração pelo MEC, a língua Portuguesa do Brasil é legitimada, e ganha, assim, o *status* de uma Língua Nacional.

Essa ação governamental reconhece a identificação do brasileiro com a sua língua, o que em um cenário mais amplo pode ser compreendido como uma investida

em um movimento que torna o Português brasileiro 'transnacional', permitindo, ao governo, a disputa pelo mercado de instrumentos linguísticos da Língua Portuguesa com Portugal. Visto que, ao circular transnacionalmente, o CELPE-Bras significa o Brasil e o seu povo através de sua Língua Nacional, o Português brasileiro.

No entanto, esta identificação do brasileiro com sua cultura e com sua origem, estimulada pelo Estado, não rompe com a identidade que já circula dentro e fora do país. A identidade do brasileiro já é constituída e sempre alimentada pela imagem da brasilidade, ou seja, pelo 'discurso de brasilidade' – até então, reforçado e acessado para a (in)definição do Brasil e dos brasileiros. Concluímos, portanto, que os discursos que representam o brasileiro como diferente, exótico, ou que privilegia a visão das riquezas naturais ('discursos da brasilidade') são, desta forma, reiterados pelo Exame – avaliação que faz figurar apenas uma variedade da Língua Portuguesa do Brasil, enquanto que as demais são 'silenciadas' (ORLANDI, 1990).

REFERÊNCIAS

AUROUX. Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

JÚDICE, Norimar. Seleção e abordagem de fotografias, cartuns e quadrinhos no ensino da língua e da cultura do Brasil para estrangeiros. In: JÚDICE, Norimar et al. (org.). *Ensino da língua e da cultura do Brasil para Estrangeiros*. Niterói: Intertexto, 2005. p.31-51.

NUNES, José H. Manifestos modernistas: a identidade nacional no discurso e na língua. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Discurso fundador*. A formação do país e a construção da identidade nacional. São Paulo: Pontes, 1993. p. 43-57.

ORLANDI, Eni P. (org.). *Terra à vista*. Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990.

SCARAMUCCI, Matilde V. R. Celpe-Bras: um exame comunicativo. In: CUNHA, M. J.; SANTOS, P. *Ensino e pesquisa em Português para estrangeiros*. Brasília, DF: Editora da UnB, 1999. p. 75-81.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. Lugares de enunciação e discurso. *Leitura. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFAL),* Maceió, n. 23, p. 15-24, jan./jun. 2002. ISSN/ISBN: 01036858.

_____. A Língua brasileira no MERCOSUL. Instrumentalização da língua nacional em espaços de enunciação ampliados. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE COMUNICACIÓN SOCIAL, 10. *Actas 1*... Santiago de Cuba: Centro de Lingüística Aplicada, 2007. p. 1316-1321.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G.; DINIZ, Leandro R. A. Declinando a língua pelas injunções do mercado: institucionalização do Português Língua Estrangeira (PLE). *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v. 37, p. 89-119, 2008. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N3_10.pdf>.